Soberania popular, mídia e violência

MAURICIO DA SILVA DUARTE

Sobre o autor:

Maurício da Silva Duarte. *Graduado em Jornalismo (UFF) e História (UFF), mestre em Sociologia (Iuperj) e doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ), com posdoutorado em Comunicação Social (UFRJ). Pesquisador do NEPCOM-UFRJ.*

RESUMO

Neste breve artigo, procuramos refletir sobre como a pesquisa em Comunicação Social pode participar do diagnóstico sobre dois temas cada vez mais centrais na cena carioca e na sua vida polítca. Trata-se da violência diariamente relatada nos meios de comunicação e do seu uso como forma de reafirmar preconceitos contra o voto popular.

Palavras chave: Mídia, direitos humanos, violência, análise do discurso.

ABSTRACT

In this brief article, we seek to reflect on how media research can participate in the diagnosis of two increasingly central themes in the Rio de Janeiro everyday scene and in its political life. It is the daily violence reported in the media and its use as a way to reaffirm prejudices against popular vote.

Keywords: humans rights, violence, media discourse analysis

INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo, a violência e o desprestígio do voto popular têm múltiplas causas: econômicas, sociais, culturais e políticas. Estudos de Comunicação Social, entretanto, auxiliam a fazer emergir a função que os discursos têm na construção, reprodução e transformação das representações do mundo pelos indivíduos e grupos sociais, além das relações e identidades produzidos nos processos de comunicação. Como escreveu um autor caro a esse estudo, Milton José Pinto: "Pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar 'dar a última palavra', isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso" (Pinto, 2002, p. 28).

Toda a parte factual será retirada das análises de jornais realizadas em minha tese de doutorado (Duarte, 2003), que tratou da cobertura jornalísticas da criminalidade violenta no Rio de Janeiro. As relações entre eleições e violência remete a um estudo posterior, de 2015, realizado a título de relatório de conclusão do posdoutorado (Duarte, 2015). A "confusão conceitual" é um aspecto significativo das disputas ideológicas (Werneck Sodré, 1988, p. 15). Em razão disso, trataremos inicialmente da questão da soberania popular.

SOBERANIA POPULAR

Chomsky (2017, p. 9-10) expõe sinteticamente duas concepções de democracia prevalentes no mundo ocidental. A primeira define-se pela autonomia do povo para participar de maneira significativa na condução dos seus assuntos pessoais. Nessa definição de democracia, os canais de informação são acessíveis e livres. A outra concepção de democracia é aquela que impede o povo de conduzir os assuntos pessoais com autonomia e controla rigidamente os meios de informação. Abstratamente, o primeiro sentido de democracia é mais conhecido. Entretanto, a concepção realmente predominante é a segunda, que Chomski chama de "democracia de expectadores" (idem, p.14). Esse tipo de democracia baseia-se na noção de que os grupos muito instruídos da sociedade possuem condições de compreender o funcionamento do mundo. A essa pequena elite intelectual compete administrar o interesse geral, os assuntos relevantes que escapam à compreensão das pessoas comuns.

A possibilidade dessa vanguarda de notáveis gerir interesse geral abriu-se com a propaganda política governamental nos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra (1914-18). Esse ponto de vista é particularmente interessante se acompanharmos a reflexão de um teórico da democracia liberal e do papel da imprensa, Walter Lippmann.

Ele acreditava que "as questões de substância deveriam ser decididas por administradores instruídos, cujo acesso a informações confiáveis os tornava imunes aos 'símbolos' e 'estereótipos' emocionais que dominavam o debate público. O público era incompetente para se autogovernar, e parecia não se importar com isso." (Lasch, 1995, p. 196). Lippmann seguia a distinção platônica entre opinião e ciência. Para ele, o debate era "um mal desnecessário", tendo em vista a "ignorância popular". A partir do momento em que os governantes (os notáveis ultrainstruídos) estivessem informados, tomariam as decisões "científicas". Há uma clara relação com o positivismo clássico. A geração positivista chega ao governo no Brasil em 1930, com Vargas, e cria, por exemplo, o serviço público por concurso, o Dasp, etc.

Uma das consequências do pensamento de Lippmann é que, para ele, o papel da imprensa é fornecer informações e não incentivar o debate. Lasch (1995, p. 16-18) lembra que, na época, a posição de Lippmann era oposta ao filósofo democrata John Dewey. Seguindo a tradição de William James, Dewey defendia que nossa própria busca de informações confiáveis é guiada pelso pontos de vista levantados na discussão de determinados acontecimentos. Só quando submetemos nossas preferências e projetos ao debate é que chegamos a compreender o que sabemos e o que ainda temos que aprender. Enquanto não for necessário defender em público nossos pontos de vista, eles permanecem opiniões no sentido pejorativo, de mero "achismo", para usar um termo atual.

Dewey foi suscetível à propaganda de da I Guerra. Ele esteve ao lado da "classe instruída que favoreceu mudança da opinião pública americanda, que antes rejeitava a participação no conflito europeu e se transformou num consenso belicista (Chomsky, 2017, p. 15). Mesmo assim, Dewey aponta para o papel que seria o mais importante da imprensa. Esse papel não é apenas "informar" para formar "certezas". A imprensa deve se orientar como uma "esfera pública" como apontado por Habermas, deve principalmentre provocar o debate público, oferecer a pluralidade de pontos de vista para que o público forme a sua opinião com autonomia.

Lipmann, portanto, é um dos primeiros teóricos da "democracia de expectadores", que tem como base a existência de uma minoria de pessoas intelectualmente preparadas, que se interessam por política, pelos assuntos econômicos, pelos debates legislativos. São esses notáveis que devem governar ou, no caso dos jornalistas, orientar o debate público. A outra face da moeda, segundo Lipmann, é a multidão desinteressada pela política, que não passa de "um rebanho assustado", a massa que não se importa em deixar o governo aos especialistas, desde que perceba que está melhorando de vida (Lipmann, 2008).

Nosso maior interesse na obra de Lipmman não é a evidente unilateralidade das suas proposições, mas a percepção de que os pressupostos dela estão presente até hoje na ação da propaganda política dos partidos e governos, mas também no comportamento dos jornalistas. São um ponto de vista sobre a realidade que se transformou, portanto, num grande “senso comum” em relação à participação eleitoral e política das classes populares.

O conceito de “senso comum” está associado à obra do pensador marxista italiano Antonio Gramsci e pode ser sintetizado aqui como um ponto de vista que se manifesta como “dado”. Estratégias retóricas empregadas pelos meios de comunicação em geral e os jornalistas, em particular, constroem representações da violência e da paritcipação política popular que, como uma espécie de conta-gotas mental, tendem a se enraizar nos corações e mentes da maioria das pessoas. Passam a ser valores assumidos como “dados”, o modo "normal" e "natural" de interpretar a realidade. As negociações de sentido e outros aspectos relevantes que contribuíram na universalização desse ponto de vista acaba por desaparecer. Nossa hipótese é que o senso comum e a naturalização dos estereótipos disseminados nessas representações convergem na justificativa de práticas repressivas abusivas na imposição da ordem pública e na desqualificação do voto popular.

MÍDIA, PODER E DISCURSO

Utilizamos aqui o conceito de discurso proposto por Milton José Pinto (2002), que o define como um objeto de conhecimento construído a partir de produtos culturais empíricos, que o autor exemplifica: anúncios publicitários, capas de periódicos, programas televisivos e de rádio, entrevistas médicas, entrevistas de emprego, textos jornalísticos impressos, discursos políticos, cartilhas para prevenção de doenças, organização dos espaços de uma cidade, de repartições públicas, de empresas, ou de nossas casas, entre outros. Esse material empírico é chamado de texto (que inclui linguagens variadas, como textos verbais, orais ou escritos, mas tambe imagens, gestos, comportamentos e toda a linguagem não-verbal).

Outra característica da noção de discurso é relacionar os textos empíricos à situação imediata de comunicação ou gênero (Bakhtin) e ao contexto político, econômico mais amplo (as ordens do discurso, de Foucault). Ainda segundo Milton José Pinto, a análise de discursos, portanto, interpreta os textos empíricos a partir de informações (1) do contexto situacional (o ambiente físico e institucional em que o texto é produzido, circula e é consumido); (2) do cotexto (outros textos que circulam no ambiente físico ao redor do texto ou de qualquer fragmento dele; (3) dos contextos das ordens de discursos ou interdiscursos (outros textos produzidos no mesmo quadro institucional ou relativos à mesma área de conhecimento e afins, que são mobilizados intertextualmente na interpretação).

A partir de Michel Foucault (1969), Milton José Pinto associa discurso à prática social de produção de textos que surge vinculada a práticas sociais no interior das instituições sociais (família, escola, trabalho etc) nas quais estamos engajados. A partir de Bakhtin, Pinto define o discurso como prática social com sendo assumido por um sujeito (que aparece como responsável pelo ponto de vista, orientação ou perspectiva que o texto apresenta sobre o mundo representado), ao mesmo tempo que, polifonicamente, outros pontos de vista concorrentes são atribuídos aos possíveis receptores ou a terceiros, para serem reforçados ou refutados (dialogismo).

Sendo uma prática social no interior de instituições, o discurso é constrangido pelas estruturas sociais, portanto, regido por regras, normas e convenções mais ou menos estáveis e tem uma finalidade social previamente determinada. Mas o discurso é ainda uma forma de ação individual, como foi estabelecido pela teoria dos atos de fala de John Austin e pelos estudos das leis do discurso desenvolvidos por Henry Paul Grice e seguidores. Pinto (2002) enfatiza a possibilidade de transformação das estruturas sociais pela agência humana. Em determinadas situações históricas e sociais, a ação individual pode levar à modificação das regras, normas e convenções estabeledcidas. Como prática social, o discurso é portanto constitutivo das práticas sociais, age criativamente sobre o social e contribui significativamente para as transformações sociais e estruturais.

Ness sentido, as práticas sociais que hoje definem a soberania popular e a violência hoje são também construídas pelos discursos, especialmente os da mídia e da imprensa. Para análise dos textos, é fundamental entender que as normas, regras e convenções que formam o gênero do discurso e as estruturas sociais deixam indícios, pistas materiais nos textos, que devem ser analisados segundo a relação tridimensional do texto com o cotexto (ambiente da comunicação ou gênero) e contexto (estruturas sociais ou interdiscurso).

ESTEREÓTIPOS NA MÍDIA

Formulado por Foucault, o conceito de dispositivo estratégico traduz o foco analítico de sua análise de discursos. O pensador francês centra-se nas “condições de possibilidade do discurso” e sobre as “regras de formação” que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso (o dispositivo estratégico). Trata-se de um circuito em que o sujeito ou a instituição constrói o problema (ou recorte do ob-

jeto) e os saberes sobre as causas e a normalização dos seus efeitos. O vínculo interpretativo entre a questão social e a violência urbana é ilustrativo desse mecanismo. Zaluar (1994:178-180) mostra que os argumentos e interpretações que associam de forma linear e monocausal a pobreza e violência formam o senso comum da população sobre a política institucional e social considerada adequada para combater a violência urbana. Travado principalmente na mídia, esse debate fixou o vínculo interpretativo a pobreza como causa dos problemas da violência urbana, sem que estudiosos e críticos atentassem para suas consequências ideológicas disso.

Como explica Misse (1998:3), explicações deterministas como a relação monocausal pobreza-crime passam a constituir o processo de construção do objeto (violência é efeito direto da pobreza, por exemplo). Assim, quando um tipo de comportamento é recortado como "crime", logo um saber se constituirá sobre as suas causas. Tal saber fica vinculado ao desenvolvimento do controle dos efeitos e também à construção de dispositivos de controle sobre os efeitos. Quando, por exemplo, naturalizamos a relação pobreza-crime, mas sabemos que o Estado não possui recursos para erradicar de imediato a pobreza. O dilema é resolvido com reforço de políticas repressivas sobre os locais de pobreza, pois há a necessidade de coibir a violência e parece "evidente" que o foco desse combate são os pobres, invariavelmente com o sacrifício de direitos básicos dessa população. Por sua vez, os resultados obtidos nesse controle dos efeitos (mais violência) reforçam necessariamente o saber sobre suas causas: pobres tendem a ser uma ameaça. Em resumo, a relação mecânica e automática entre pobreza e criminalidade é tratada como uma das causas da violência e, como forma de contornar a impossibilidade de propor soluções imediatas para o fim da pobreza, controlam-se os pobres. O resultado é um maior aprisionamento e redução de direitos dos pobres, o que reforça o vínculo entre pobreza e crime.

Uma das conseqüências foi a produção, no senso comum, de um deslizamento de sentido em relação à interpretação determinista do crime. O criminoso biológico (ao estilo Lombroso) cede lugar ao bandido "irrecuperável", que "não tem jeito" porque nascido na pobreza, que passa a ser avaliada como o "meio de cultura" para o aparecimento do criminoso. Essa noção predomina nos discursos sobre os meninos de rua, apesar de os dados indicarem que eles participam muito pouco dos crimes violentos (Zaluar, 1994:180).

A segunda tendência seria a perda do valor espiritual superior do auxílio à pobreza por uma tradição do cristianismo. A antiga proteção ao pobre pela caridade privada reduziu-se drasticamente nos tempos altamente consumistas e individualistas da modernidade atual. A filantropia privada sobrevive hoje principalmente como instrumentalização e assistencialismo (ibidem). Essas modificações produzem efeitos nas identificações sociais. A pobreza adquiriu mais claramente um sentido social negativo, inclusive no plano moral. Com isso, as fronteiras entre o "pobre honesto" e o "marginal" ou "criminoso" começam a desaparecer. Não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale socialmente a ser suspeito de cometer atos ilegais ou ilícitos, especialmente os negros, favelados e os menores de rua

Os estereótipos simplificam as interpretações e ocultam questões complexas. Não se pretende defender que a violência não seja de alguma forma afetada pela pobreza, mas é preciso entender as formas complexas como se relacionam com a opção criminosa a negação de direitos básicos como moradia, saúde, educação de qualidade e mesmo de ir e vir, ou a pressão consumista e o acesso a bens de consumo, a ausência de valores religiosos, a estrutura familiar. A relação entre criminalidade violenta e a exclusão ao acesso aos bens de cidadania, por exemplo, é uma possibilidade obscurecida pelo senso comum. Não se trata de defender uma política de direitos humanos contra uma política punitivista, de "tolerância zero" com as ações delituosas. Num Estado Democrático de Direito o imperioso é que os agentes públicos atuem estritamente em obediência à ordem legal. Mas temos assistido a um crescente estímulo a uma ação violenta do Estado, muitas vezes sem respeito aos direitos de cidadania, ampliando ainda mais o fosso da exclusão social dos pobres.

LINGUAGEM E IDEOLOGIA

A relação entre pobreza e crime e a democracia de expectadores (o cidadão comum, em especial os pobres) formam o pressuposto. Tenham ou não consciência disso, também os jornalistas recortam e interpretam a realidade a partir de pressupostos que materializam modelos explicativos da realidade. Estes se manifestam e deixam marcas na superfície textual, que podem ser reconhecidos por uma leitura crítica e atenta. As noções de implicatura e pressuposto remetem à produção de sentido resultante da exploração de informações e expectativas dos participantes de um contexto de comunicação e tem profundo valor ideológico. Em geral, os enunciados proferidos numa situação atendem a uma expectativa dos interlocutores de que haja informações relevantes, que devem ser interpretadas na sua literalidade.

No célebre exemplo de Grice, as regras "conversacionais" obedecem a uma lógica própria, quando os falantes engajam-se numa conversa (ser breve, relevante, tão informativo quanto exigido no momento da conversa, etc.). Por dominarem de algum modo as regras, os interlocutores podem explorá-las para produzir sentidos diferentes.

Assim, ao receber de um conhecido o pedido para que redigisse uma carta de indicação a um emprego para o qual o candidato não tinha as qualidades exigidas, um professor escreve que se trata "de um bom homem, com uma boa

caligrafia". O sentido implícito produzido é, claramente, o oposto do elogio pretendido originalmente.

Rebelo (2000:96) mostra que em frases como "Bela e bandida" (manchete do jornal O Dia, de 15 de maio de 2002), a conjunção "e" expressa uma significação só apreensível pela leitura em conjunto do texto ou pela verificação de uma relação de habitualidade ou conivência em alto grau entre emissor e receptor, capaz de habilitá-lo à interpretação. É preciso confiar que o receptor faça as inferências necessárias para preencher as lacunas automaticamente. No caso, ao fazer a análise textual, mostrei que a reportagem reafirma preconceitos ao propor como motivo de destaque o ato delituoso ser praticado por uma jovem universitária, estudante de Direito, com origem social de classe média. Presa por roubar um automóvel, o caso da jovem foi tratado de forma hiperbólica e sensacionalizado. Por denegação, o jornal reafirmava como "natural" o crime praticado por um negro, do sexo masculino, pobre e favelado, que forma o tradicional "roteiro da polícia".

Trata-se de uma relação não dita: o implícito discursivo. É uma forma de dizer sem os riscos de fazê-lo explicitamente, num apelo à cumplicidade do receptor. De transferir ao receptor a responsabilidade que seria do enunciador, beneficiado pela eficácia da palavra e a inocência do silêncio (Ducrot). Neste caso, trata-se de um "subentendido", quando é necessário fazer relações de contexto para apreender o sentido do enunciado.

Já a pressuposição remete ao que está na própria frase e foi teorizada por Frege. Observemos a oração: "Kepler morreu na miséria". Há aí dois enunciados distintos, "Kepler morreu" e "quando Kepler morreu, ele estava na miséria". Além do desdobramento, Frege chama atenção para dois pontos fundamentais.

1- A negação da frase original (ele estava na miséria), afeta o segundo enunciado (ele morreu na miséria), mas não o primeiro (Kepler morreu). A pressuposição, portanto, é de que Kepler morreu, porque isso não pode ser negado na frase. Uma oração pressupõe outra quando a verdade ou a negação da primeira afeta a verdade da segunda. A relação de pressuposição resiste à negação ou à interrogação (em "Kepler morreu na miséria?", a dúvida fica sobre o estado financeiro em que ele se encontrava ao morrer, sem colocar em dúvida a morte).

2- A informação pressuposta é a condição de emprego da oração que a pressupõe. Não se discutiria se Kepler morreu ou não miserável, sem a certeza de que ele morreu nem de que isso de alguma forma seja de conhecimento dos interlocutores.

Uma vez que as pressuposições não são passíveis de negação, o falante (locutor) as utiliza para impor ao seu interlocutor um quadro em que o discurso necessariamente vai se desenvolver (pobres são uma ameaça; ou o voto dos pouco instruídos não é consciente, por exemplo). Trata-se de um recurso que o locutor emprega ativamente para direcionar a comunicação, para impor uma "verdade" por trás das informações passadas.

Em "a favela pede paz" (EXTRA, 28 de maio de 2002), é imposto ao leitor o pressuposto de que nas favelas se vive uma guerra sem fim. Uma verdade que não pode ser contestada. O mesmo se pode dizer em relação à seguinte pergunta, estampada em letras garrafais na primeira página de um caderno especial: "O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?". Toda pergunta ou "pedido" envolve um contexto e, mais ainda, uma resposta ou possibilidade já ofertadas como pressuposto. A pergunta e o pedido parecem inocentes, mas obrigam o interlocutor a compartilhar o preconceito (a idéia historicamente inverídica) de que as favelas sempre viveram em guerra ou ainda, que os favelados constituem a população de um território à parte da cidade, cuja ocupação se submete não à lógica da cidadania, mas à do apartheid e da guerra. O leitor é estimulado a dividir os mesmos estereótipos que orientam as redações dos jornais. O resultado é um apelo maior a políticas repressivas nessas comunidades.

Quando o relato do jornal descreve que o Comando Vermelho ameaça a sociedade, está implícito o seguinte ato: "(eu afirmo que) o Comando Vermelho ameaça a sociedade". Isso significa que relatos, descrições e constatações e outras atribuições a falantes podem trazer a autoridade institucional, quando, por exemplo, reproduzidas dentro da notícia. Assim, há o pressuposto da objetividade jornalística, de que a notícia foi checada, apurada e relatada por um repórter profissional, que teve o aval do editor etc, incorporando à narrativa a credibilidade da empresa de jornalismo.

A partir dos estudos de H. L. Hart, Danilo Marcondes (1992, p. 64) propõe ir além. Classificar como apenas "descritivas" as orações da forma "ele fez isto", seria inadequado. A principal função destas orações seria atribuir a alguém a responsabilidade de um ato, de determinada ação. Assim, enunciar que "tráfico comanda ataque no bairro, com ônibus queimados e lojas apedrejadas" (O GLOBO, 11/9/2002), não significa descrever meramente a participação do tráfico no acontecimento, mas atribuir aos traficantes uma liderança e uma responsabilidade nesse episódio. Como assinala Marcondes, trata-se da coexistência de um duplo caráter descritivo-atributivo. As duas categorias não são excludentes e a atribuição de responsabilidade, na maioria dos casos, é a dimensão mais profunda da descrição.

Essa é uma questão fundamental para a discussão sobre linguagem e ideologia. Desde a Teoria da Argumentação de Ducrot, os estudos linguísticos associam, nas enunciações (contexto em que se profere o enunciado), "lugares" a "falas". Assim, o enunciado-estereótipo "só tem bandido na favela" corresponde, certamente, a alguém que assume

um lugar de fala de “fora da favela”. Ou “não tenho nada contra gays, só não quero que sejam meus amigos” é uma fala de alguém que assume o lugar de um “não-gay”. Isso significa que não há enunciados abstratos. Nossa fala sempre é estruturada pelas relações do contexto social em que existimos e revelam nossas escolhas (inclusive existenciais).

Um exemplo disso ocorreu nas eleições municipais 2008, quando a imprensa passou a semantizar as comunidades faveladas do Rio como “currais eleitorais do crime”, já incluindo aí as milícias, em especial após o episódio da tortura a jornalistas na comunidade do Batan. Assume-se de uma vez o lugar da não-favela e do voto autônomo consciente, provavelmente dos ambientes da zona sul e de classe média. Na época, o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro solicitaram a presença de tropas das Forças Armadas para garantia das eleições e da liberdade do exercício do voto nessa localidades, na chamada “Operação Guanabara”.

Essa foi a segunda intervenção de tropas federais em eleições no Rio de Janeiro. Em 1994, as eleições proporcionais no estado foram anuladas, após a prisão de uma quadrilha de fraudadores. A nova eleição ocorreu na data do segundo turno das eleições presidenciais, quando o eleitor fluminense votou no candidato à Presidência da República e também em deputados federais e estaduais. Tanto a anulação da eleição proporcional como a intervenção das Forças Armadas tiveram como motivação a ação de quadrilha especializada em fraudes eleitorais. Mesmo o Rio de Janeiro tendo vivido a experiência de tropas federais atuando na segurança pública dois anos antes, na Eco-92, a criminalidade violenta não estava na pauta da presença das tropas em 1994. A segurança pública se torna “pressuposto” da intervenção a partir de 2008, quando o pressuposto de uma guerra entre traficantes, milícias e o Estado já havia sido naturalizado.

Outor aspecto da lexicalização que é muito importante na análise de discursos é o uso das figuras de retórica de substituição ou tropos, como a metáfora, a sinédoque (tomar a parte pelo todo) e outras formas de metonímia. A metonímia é a forma usual de fazer generalizações. Como esclarece Milton José Pinto (2002), as interpretações que os receptores fazem dos textos sempre levam em conta elementos dos interdiscursos, para suprir as lacunas que os textos apresentam, ligando entre si as frases e partes do texto e relacionando-os a um universo de discurso coerente ou “mundo”. Estes elementos originam-se do senso comum, compreendido como informações “evidentes”, comunicadas em geral por um repertório de frases feitas sobre todas as áreas de conhecimento, obtidas a partir de um já dito em textos anteriores que se tornou hegemônico, ou por meio de generalizações indevidas que utilizaram amplamente a metonímia.

Ainda segundo Milton Pinto, as metáforas seja em geral são estudadas em textos com função estética, como em poesia. Porém, desde o trabalho *Metaphors we live by* de George Lakoff e M. Johnson (1980), começou-se a dar mais relevância ao seu papel estruturante do modo como pensamos, do modo como agimos e do modo como construímos nossos conhecimentos e crenças. Como esclarece Norman Fairclough (2001: p.241):

> *As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de texto, mesmo nos casos menos promissores, como os textos científicos e técnicos. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais dos textos. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. (...) Algumas metáforas estão tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas em seus textos, pensamento ou ação, mesmo quando se chama atenção para isto.*

Lakoff e Johnson estudam a construção metafórica de uma discussão como uma guerra, pelo uso de expressões como ‘suas afirmações são indefensáveis’, ‘ele atacou cada ponto fraco do meu argumento’, ‘suas críticas foram direto ao alvo’ ou ‘eu demoli seu argumento’. E comentam que não é apenas uma questão superficial de lexicalização, como se poderia pensar, pois “muitas coisas que fazemos ao discutir são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra” (1980, p. 4). A cobertura de uma campanha eleitoral pela mídia, por exemplo, está repleta de expressões que retomam e reforçam esta metáfora (‘ataque’, ‘defesa’, ‘contra-ataque’, ‘ofensiva’, ‘frentes’, ‘retaguarda’).

No caso das notícias sobre a violência urbana, estudei duasa metáforas quase sempre presentes: a da ‘guerra’ e a do ‘Estado paralelo’. No dia 15/05/2002, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria sobre violência urbana ligada às drogas cujo título era ‘Tráfico ataca Estado’, com o subtítulo ‘Tiros e granada contra prédio do Desipe e dos Direitos Humanos’ (Duarte, 2003: p.228). A metáfora da ‘guerra’ transparece na escolha das palavras ‘ataca’, ‘tiros’, ‘granada’, ‘contra’ e a do ‘Estado paralelo’ na fórmula exemplar do título construído à semelhança de frases como ‘Estados Unidos atacam Afeganistão’.

O título se constrói ainda sobre duas sinédoques forçadas, ‘Tráfico’, que estende à totalidade dos traficantes a ação realizada por uma determinada facção, e ‘Estado’, sem restritivos, que estende a ação exercida contra duas repartições públicas do estado do Rio de Janeiro ao governo estadual no seu todo e mesmo ao governo do país, pois a palavra ‘Estado’, escrita com maiúscula, envia para a noção teórica de ‘organização político-administrativa de um país’.

Dessa forma, o jornal dá a entender que o tráfico de drogas é um Estado em beligerância contra o Estado nacional, numa hipérbole tendenciosa e alarmista. Como alertei anteriormente, a atuação como um "conta-gotas mental" da mídia em construções assim impõe o pressuposto e contribui para formatar o senso comum sobre a guerra, a ousadia e falta de limites do tráfico de drogas. Senso comum que atinge, inclusive, os próprios policiais e traficantes, estimulando a beligerância e agressividade, entre outros motivos por interpretarem na forma literal,ao pé da letra, o que não passa de figuras de retórica que circulam nos jornais. O efeito é o desrespeito aos direitos humanos, a restrição em geral aos direitos de cidadania dos moradores de favela e a interpretação que torna aceitável morte de inocentes ('civis'), algo inevitável numa guerra.

A partir de 2008, com a Operação Guanabara, o noticiário político do Rio de Janeiro passou a se confundir, a cada eleição, com o noticiário de crime. O novo dispositivo estratégico (produção do objeto pobreza em território de guerra = voto desqualificado) dissemina o pressuposto de que os moradores de favela formam um imenso curral eleitoral do crime. Antes, o voto do pobre já era questionado por razões de submissão a políticas clientelistas. Agora, coagidos e controlados nesses territórios sem lei, os moradores de favela têm mais uma razão para serem tratados como subcidadãos na questão da legitimidade do voto.

Não se deseja negar o óbvio, que é a presença totalitária dos grupos criminosos nesses territórios. O que se propõe é levantar uma questão concorrente à solução repressiva, uma vez que esse pressuposto endossa e reforça o senso comum que estimula a beligerância nos morros da cidade. A agenda concorrente é, novamente, a questão dos direitos, da inclusão social, da necessidade que garantir políticas públicas que permitam o desenvolvimento e a liberdade da população pobre do Rio de Janeiro e do País. É esse debate que está sendo silenciado pelas políticas públicas repressivas e pela lugar de fala ocupado pelos jornais.

BIBLIOGRAFIA

DUARTE, M. da S. *Cidadania obstruída – Jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio.* Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Tese de Doutorado, 2003, mimeo.

_____. *Caso de polícia: eleições e a cobertura da imprensa no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, relatório final do posdoutorado, 2015, mimeo.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001; original inglês publicado em 1992.

LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LASCH, Chistopher. A rebelião das elites e traição da democracia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LIPPMANN, Walter. (Opinião Pública). Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

MARCONDES, Danilo. Filosofia, linguagem e comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

MISSE, Michel (1995). "Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil — Uma Abordagem Crítica, Acompanhada de Sugestões para uma Agenda de Pesquisas". in.: IUPERJ. Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos nº. 91, agosto de 1995.

_____ (1995a) Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. Mimeo.

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso – Introdução à análise de discursos.* São Paulo: Hacker Editores, 1999, segunda edição revista e aumentada em 2002.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: Alvito, M. & Velho,

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: Alvito, M. & Velho, G. (orgs.). *Cidadania e violência*, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.